

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
CURSO ARQUITETURA E URBANISMO**

ARETUZA RIBEIRO DIAS

**APLICAÇÃO DAS DIRETRIZES ARQUITETÔNICAS DO SINASE NAS UNIDADES
SOCIOEDUCATIVAS DE INTERNAÇÃO**

**SANTANA
2015**

ARETUZA RIBEIRO DIAS

**APLICAÇÃO DAS DIRETRIZES ARQUITETÔNICAS DO SINASE NAS UNIDADES
SOCIOEDUCATIVAS DE INTERNAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado ao Curso de Arquitetura e Urbanismo
da Universidade Federal do Amapá como
requisito parcial para obtenção do título de
graduação em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Elizeu Correa dos Santos

**SANTANA
2015**

ARETUZA RIBEIRO DIAS

**APLICAÇÃO DAS DIRETRIZES DO SINASE ARQUITETÔNICOS NAS UNIDADES
SOCIOEDUCATIVAS DE INTERNAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Amapá como requisito parcial para obtenção do título de graduação em Arquitetura e Urbanismo, sendo considerado satisfatório e aprovado em sua forma final pela banca examinadora existente.

Aprovado em: _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: _____

Examinador (a): _____

Examinador (a) _____

Dedicamos este trabalho a minha família que durante todo o decorrer do curso esteve ao meu lado, em especial a minha filha Aryela Dias Pereira aos professores que auxiliaram na busca aos conhecimentos necessários para a conclusão do trabalho e a todos que possam um dia tirar proveito dos processos aqui descritos.

AGRADECEMOS

A Deus por guiar nossos caminhos e fornecer a oportunidade de concluirmos um curso de graduação depois de imensas dificuldades.

A minha família e Minha filha que me ensinaram a viver, e que com muita confiança, dedicação, força e amor, me proporcionaram a realização deste sonho.

Ao Professor Elizeu Correa dos Santos pelo seu empenho e pela oportunidade de desenvolvermos esse trabalho sob sua orientação

“Nem tudo que se enfrenta pode ser modificado,
mas nada pode ser modificado até que seja
enfrentado”.

(Albert Einstein)

RESUMO

A violência nas últimas décadas vem exibindo um aumento considerável, sendo os jovens as principais vítimas e infratores tornando um dos maiores problemas que a sociedade brasileira está enfrentando. Esta é uma questão que acumula complexidade quando é analisada de forma sistematizada, tipologias e arquitetônicas das unidades de internação são estabelecimentos penais caracterizados por elementos físicos pesados, semelhantes a fortalezas por sua maioria são antigas prisões, esses prédios são frios e opressores, a falta de estrutura física adequada, geram cada vez mais barreiras que acabam dificultando o desenvolvimento e a recuperação dos jovens, prejudicando a reinserção social. Também a superlotação da maioria das unidades e a limitação dos recursos orçamentários e administrativo, dentro da instituição.

A busca de medidas que levem a ressocialização de um jovem que comete um ato infracional vem sendo modificado com os anos em 2012 houve a criação do SINASE – SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO que tem como objetivo elaborar parâmetros e diretrizes para a adoção de medidas socioeducativas e foi o primeiro documento que fala de parâmetros arquitetônicos aliados a parâmetros de gestão pedagógica para a construção de edificações destinadas aos adolescentes em conflito com a lei.

O uso de novas diretrizes do sinase se faz necessário nos dias atuais, principalmente no âmbito, que tratem sobre arquitetura socioeducativa levando em conta que os jovens estão em fase de transição passando para a vida adulta e ainda formando sua personalidade. Esses tipos de espaços exercem influência no estado psicológico de seus usuários definido até alterações nas formas de se relacionar socialmente.

Nesse contexto, este trabalho apresenta um protótipo um centro socioeducativo de internação masculino desenvolvido o uso das novas diretrizes do sinase legislação vigente para a criação dessas unidades.

Palavras-chave: Diretrizes do Sistema Nacional Socioeducativo (SINASE), Arquitetura Socioeducativa, Ressocialização

ABSTRACT

Violence in recent decades has been showing a considerable increase, with young people the main victims and offenders becoming one of the biggest problems that Brazilian society is facing. This is a matter that accumulates when complexity is analyzed in a systematic way, and architectural typologies of inpatient units are prisons characterized by heavy physical elements, like fortresses for the most part are former prisons, these buildings are cold and oppressors, the lack of adequate physical infrastructure, increasingly generate barriers that end up hindering the development and recovery of young people, damaging the social reintegration. Also overcrowding of most units and the limited budgetary and administrative resources, within the institution.

The search for measures to bring about rehabilitation of a young person who commits an offense has been modified over the years in 2012 there is the creation of SINASE - NATIONAL SYSTEM social and educational care that aims to develop parameters and guidelines for the adoption of educational measures and was the first document that speaks of allies architectural parameters educational management parameters for the construction of buildings for adolescents in conflict with the law.

The use of new guidelines Sinase is needed today, especially in the field, dealing on socio architecture taking into account that young people are in transition through to adulthood and still forming their personality. These types of spaces influence the psychological state of its members set up changes in ways of relating socially.

In this context, this paper presents a prototype a social-educational center of male hospitalization developed the use of new guidelines Sinase legislation for the creation of these units.

Keywords: Guidelines of the National Socioeducational System (SINASE), Socio Architecture, Resocialization

LISTA DE GRAFICOS

Gráfico 1: Perfil dos Adolescentes por Idade Dados.....	25
Gráfico 2: Motivos de Internação Dados.....	25
Gráfico 3: Socioeducativa por faixa etária.....	26
Gráfico 4: Percentual de Estabelecimentos Região Norte.....	30

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Vista da unidade, Quadra Poliesportiva e alojamentos dos Reeducandos.....	32
Figura 2: Alojamentos Reeducandos	33
Figura 3: Administração da Unidade e Auditório	34
Figura 4: Área de Lazer	34
Figura 5: Quadra Poliesportiva e alojamentos dos Reeducandos área de administração...	35
Figura 6: alojamentos dos Reeducandos.....	36
Figura 7: Sala de informática.....	37
Figura 8: Área de embalagem de alimentação.....	38
Figura 9: Vista da unidade, área administrativa e alojamentos dos Reeducandos.....	39
Figura 10: Piscina	40
Figura 11: Campo de Futebol	40
Figura 12: Campo de Futebol	40
Figura 13: Vista dos alojamentos	40
Figura 14: Parque dos Pés Descalços	40
Figura 15: Frente do Cesein	41
Figura 16: Muro que divide o Cesein do Conjunto Habitacional.....	42
Figura 17: Situação dos alojamentos.....	43
Figura 18: Situação dos alojamentos.....	44
Figura 19: Situação dos alojamentos.....	44
Figura 20: Área externa de lazer e quadra coberta	45
Figura 21: Auditórios atividades de recreação	46
Figura 22: Auditórios atividades de recreação.....	46
Figura 23: Atividade de recreação futebol de areia	46
Figura 24: Proposta do Terreno Localização Rodovia	51
Figura 25: Mapa de Zoneamento.....	52
Figura 26: Mapa de visados, pontos relevantes, visuais.....	53
Figura 27: Sistema viário e Fluxos.....	53
Figura 28: Orientação Solar e Ventos Dominantes.....	54
Figura 29: Vista da Unidade	55
Figura 30: Vista da Unidade	55
Figura 31: Vista dos Alojamentos	56
Figura 32: Vista da Unidade piscina, quadra poliesportiva e soquete.....	57
Figura 33: Vista da Unidade quadra de Areia.....	57
Figura 34: Planta baixa com identificação do programa de necessidades da unidade.....	58

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Número de Unidades de atendimento socioeducativo de internação e semiliberdade	21
Tabela 2: Capacidade total de estabelecimentos de unidades da região norte	30
Tabela 03: Área Técnica Para Internação.....	48
Tabela 04: Área de Viver Internação.....	48
Tabela 05: Área Cursos Profissionalizantes.....	49
Tabela 06: Área Nutricionista e Refeitório.....	49
Tabela 07: Área de Saúde Internação.....	49
Tabela 08: Hall de Acesso a Área De Internação.....	49
Tabela 09: Área de Lazer da Internação.....	50
Tabela 10: Setor de Limpeza Internação.....	50
Tabela 11: Lei complementar 029/2004	52
Tabela 12: Lei complementar 029/2004.....	52

LISTA DE SIGLAS

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas

CASE - Centro de Atendimento Socioeducativo de Pernambuco

CSE - Centro Socioeducativo de Atendimento ao Adolescente

CESEIN - Centro De Internação Masculinas

CEDCA - Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente

CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

CPB - Código Penal Brasileiro

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

MPS - Ministério da Previdência Social

MS - Ministério da Saúde

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 Objetivos	18
1.1.1 Objetivo Geral	18
1.1.2 Objetivos Específicos	18
1.1.4 Justificativa	19
2. SISTEMAS NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO – SINASE	20
2.2 Parâmetros Arquitetônicos de Unidades de Atendimento Socioeducativo	22
2.3 Comuns as Unidades de Atendimento Socioeducativo de Internação	23
2.4 Normas Específicas para Construção de Centros Socioeducativo	23
2.5 O Espaço Institucional Unidade Socioeducativa de Internação	24
2.6 Perfil dos Adolescentes por Idade Dados Brasil	25
2.7 Situações dos Centros de Internação para Jovens Infratores no Brasil	27
3 ANALISE DA ESTRUTURA FÍSICA DE 3 CENTROS DE INTERNAÇÃO DO BRASIL	32
3.1 Unidades Socioeducativo Páscoa Costa Silva e Mario Barbosa	33
3.2 Centro de Atendimento Socioeducativo de Pernambuco (CASE)	36
3.3 Centro Socioeducativo de Atendimento ao Adolescente (CSE)	39
4 ESTUDO DE CASO CENTRO DE INTERNAÇÃO MASCULINAS (CESEIN)	42
5 PARTIDO ARQUITETÔNICO	48
5.1 Programa de Necessidades	48
5.2 Apresentação	50
5.3 Proposta do Terreno	51
5.4 Localização e Delimitação da Área	52
5.5 Mapa de Zoneamento	52
5.6 Mapa de Legislação	52
5.7 Pontos Relevantes	54
5.8 Acesso Principal	54
5.9 Orientação Solar e Ventos Dominantes	55
6. PROJETO UNIDADE DE INTERNAÇÃO SOCIOEDUCATIVA	56
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
8. REFERENCIAS	60

CAPÍTULO 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como desígnio autenticar para proposta a respeito das unidades de internação e recuperação para jovens infratores, no sentido de explicar como funcionam estas instituições de recuperação, que como se sabe encontra-se em crise. A violência nas últimas décadas vem exibindo um aumento considerável, sendo os jovens as principais vítimas e infratores. (Segundo o relatório Um Olhar Mais Atento às Unidades de Internação e de Semiliberdade para Adolescentes no Brasil), 29.321 crianças e adolescentes estão em acolhimento institucional, entre elas aquelas afastadas provisoriamente da família e também as que estão sob guarda do Estado.

De acordo com o estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (lei 8.069/90) e considerado criança, para efeitos da lei, o menor de 12 anos e o adolescente aquele com idade entre 12 e 18 anos. O jovem se diferencia de um adulto por ser considerado ser humano ainda em desenvolvimento e em fase de transição entre a infância e a vida adulta, mas é também sujeito sócio histórico, que influencia e é influenciado pelo meio em que vive.

O jovem este sujeito à aplicação de medidas socioeducativas quando comete um ato infracional essas medidas estão descritas no Código de penal Brasileiro que se apresentam como uma manifestação do Estado ao ato infracional cometido. A legislação que hoje trata da internação desses jovens foi sendo modificada e evoluindo ao longo dos anos até se chegar às atuais medidas socioeducativas que são propostas pelo SINASE. O SINASE foi originalmente instituído pela Resolução nº 119/2006, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, e foi recentemente aprovado pela Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, O SINASE é o conjunto composto de diretrizes, códigos e critérios, de caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro e administrativo, que envolve desde o processo de apuração de ato infracional até a execução de medida socioeducativa. Este sistema nacional inclui os sistemas estaduais, distritais e municipais, bem como todas as políticas, planos, e programas específicos de atenção a esse público. Foi o primeiro documento a falar em Arquitetura Socioeducativa, visando espaços que permitem a visão de um processo indicativo de liberdade, seguindo as orientações proposta pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, lei 8.069/90 e pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA

De acordo com o relatório (Um Olhar. Mais Atento às Unidades de Internação e de Semiliberdade para Adolescentes), há superlotação nas unidades em 16 Estados brasileiros. Ao todo, o sistema oferece 15.414 vagas, mas abriga 18.378 internos. Em alguns Estados, a

superlotação supera os 300% o Ministério Público (MP) inspecionou, desde julho de 2011, 2.370 casas de acolhimento, que correspondem a 86,1% do total no país. Entre os dados mostrados está um perfil da faixa etária desses jovens. Segundo o levantamento, das 30.340 crianças acolhidas, 29.321 estão em abrigos institucionais e apenas 1.019 são atendidas em programas de acolhimento familiar. Em alguns Estados, a superlotação supera os 300%. Além dos problemas de insuficiência de espaço, há a negligência em relação à separação dos adolescentes de acordo com critérios de idade e compleição física, o que acaba resultando no aumento dos episódios de abuso e violência.

Mas, há sinais de que as alterações na legislação não alteraram de forma significativa a configuração espacial dessas unidades que, durante muito tempo, continuaram perpetuando a tipologia arquitetônica das instituições prisionais, estabelecimentos penais caracterizados por elementos físicos pesados, semelhantes a fortalezas na maioria das vezes são antigas prisões, esses prédios são frios e opressores, isso pode ser um dos fatores que prejudicar a recuperação dos jovens, prejudicando a reinserção social desses jovens na sociedade. Segundo (VASCONCELOS, 2009). A partir do momento que o jovem entra em contato com a realidade da clausura ele sofre uma série de mudanças internas (mentais, de atitude, de pensamento, etc.) e externas (gestos, palavras, olhares, etc.) que culminam numa reconstrução individual. (HOLANDA, 2002, p. 78/79) A arquitetura muda ao longo da história, porque expectativas sociais também se modificam e são constitutivas de sociedades específicas. Não conseguiremos nunca entender as expectativas, senão a partir de valores sociais que as informam. Esses valores traduzem-se em valores arquitetônicos, sempre relativos a um determinado tempo e a um determinado lugar, e a partir deles os espaços são avaliados. Assim, o presente trabalho tem como objeto de estudo projetos arquitetônicos de unidades socioeducativas de internação e o documento base que direciona a construção desses espaços, o são as novas diretrizes do SINASE. (LYNCH, p.5). Precisamos lembrar que eles cometeram delitos, mas um dia voltarão ao convívio da sociedade. Se permanecerem nesses preceitos, os jovens infratores sairão piores do que entraram. Entende-se então que hoje os núcleos de recuperação de adolescentes infratores dificilmente alcançam a ressocialização desses adolescentes, pois o espaço físico dessas instituições não colabora para o inteiro aproveitamento das políticas socioeducativa. Que tem por objetivo inserir o adolescente na sociedade. Um ambiente organizado de forma coerente e de fácil leitura para seus usuários é de grande importância para a criação de uma imagem de mundo que corresponda às necessidades do Homem de dar significado ao espaço que o rodeia. Outro fator importante de se ter um ambiente legível é que “uma boa imagem ambiental oferece a seu possuidor um

importante sentimento de segurança emocional”.

Quais as saídas para melhorar as instituições de internação, visando satisfazer os programas de ressocialização eventualmente adotados com melhores condições ambientais e estruturais? Recomendo uma melhor concepção de espaços que sejam mais apropriados ao processo de ressocialização desses jovens.

Analisando a problemática mencionada, parte-se das hipóteses de que o espaço pode implicar na conduta do usuário, na sua situação emocional, nas relações sociais, na autoimagem do usuário e na ideia que a sociedade faz deste. Precisa ser percebido que, por essas instituições, serem geralmente um recinto de grande permanência, acaba adquirindo uma identidade de casa no imaginário dos internos por ter ligação com o ambiente familiar/habitacional.

O que pode ser feito para melhorar as qualidades ambientais destes estabelecimentos de internação, visando êxito dos programas de ressocialização eventualmente adotados? Sugere-se a concepção de ambientes que sejam apropriados ao procedimento de ressocialização desses adolescentes

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo Geral

Elaborar uma proposta projetual visando à adequação dos ambientes destinados à ressocialização de adolescentes em conflito com a lei através da organização dos espaços nas unidades, seguindo as orientações do (ECA) – Estatuto da Criança e do Adolescente, (SINASE) – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo.

1.1.2 Objetivos Específicos

- Identificar as tipologias existentes no país e analisar os elementos arquitetônicos que facilitem ou dificultem a ressocialização dos adolescentes;
- Analisar a legislação vigente no país atualmente referente à implantação dessas instituições, para verificar os parâmetros utilizados no projeto desses centros;
- Fazer estudo de caso de uma unidade, cujos objetivos ser Identificar os conflitos arquitetônicos eventualmente existentes, que dificultam o processo de recuperação;

1.1.3 Procedimentos Metodológicos

Para o desenvolvimento do presente trabalho será necessário à construção de uma fundamentação teórica que envolva as seguintes questões:

- Levantamento bibliográfico embasamento dentro na Legislação atual aplicada ao tema: ECA, SINASE.
- Análise da estrutura física dos Centros de internação visando compreender as restrições legais consideradas na construção e uso desses espaços.
- Estudos de casos da estrutura física do Centro de internação (CESEIN) visando compreender as restrições legais consideradas na construção e uso desse espaço.

1.1.4 JUSTIFICATIVA

Esse trabalho busca apontar possíveis saídas para avanço constante no número de Adolescentes dentro das unidades de recuperação de jovens infratores no Brasil, o constante crescimento consequentemente geram altos custos para o estado e o medo na população com a criminalidade, uma forma de recuperar esses jovens e primeiramente inverte numa nova configuração proposta pelo SINASE onde e proposto novos princípios éticos e pedagógicos, atuais medidas socioeducativas que consideram o jovem como sujeito de direitos em qualquer situação criado um novo modelo baseado na educação, pois, o sistema atual não colabora para a ressocialização.

Essas instituições, por ser geralmente um ambiente de longa permanência, acabam assumindo uma identidade de casa no imaginário dos internos, a falta de estruturas dessas instituições podem implicar na conduta do reeducando, no seu estado emocional e nas relações sociais. Segundo as normas do (SINASE, 2006, p. 79) essas instituições Devem ser pedagogicamente adequadas ao desenvolvimento das medidas socioeducativa ... Desta forma, o espaço físico se constitui num elemento promotor do desenvolvimento pessoal, relacional, afetivo e social do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa. O espaço pode implicar na conduta do usuário, pois, essas instituições por sua maioria eram antigas prisões que foram adequadas a essas unidades.

E essas instituições tinham por finalidade corrigir e punir a criança e ao adolescente que cometesse atos não condizentes ao bom convívio social, as instituições apresentavam um tratamento de caráter repressivo, correccional e punitivo, como instrumento de recuperação que se via refletido na edificação, para melhorar as qualidades ambientais destes estabelecimentos de internação, visando êxito dos programas de ressocialização proposto pela ECA e SINASE é buscar conhecimento do real papel a ser desempenhado por uma melhor unidade socioeducativa a partir de uma Arquitetura socioeducativa.

CAPITULO 2 SISTEMAS NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO – SINASE

Para a elaboração da proposta do partido arquitetônico, visando a adequação dos espaços destinados à ressocialização dos adolescentes em conflito com a lei faz-se necessário um estudo que aborde os principais conceitos teóricos necessários para o desenvolvimento da pesquisa, onde serão aprofundados cinco itens principais: Sistemas Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE, , Parâmetros Arquitetônicos para Unidades de Atendimento Socioeducativo, Normas Específicas para a Construção de Unidades de Atendimento que Executam A Internação, O Espaço Institucional Unidade Socioeducativa de Internação.

2.1. SISTEMAS NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO – SINASE

“Entende-se por SINASE o conjunto ordenado de princípios, regras e critérios que envolvem a execução de medidas socioeducativas, incluindo-se nele, por adesão, os sistemas estaduais, distritais e municipais, bem como todos os planos, políticas e programas específicos de atendimento a adolescente em conflito com a lei”. (Lei 12.594/2012, Art. 1º, § 1º)A criação do SINASE criou novos parâmetros para o reordenamento do atendimento socioeducativo destinados à execução das medidas socioeducativas executada em meio aberto e em meio fechado (privativas de liberdade) estes novos parâmetros servem de base para o plano de estruturação da política de atendimento específica para os adolescentes e suas famílias. Segundo os parâmetros para o Atendimento Socioeducativo SINASE para conquistar os Ideais de ser humano, de sociedade e de educação (Conhecimento) que queremos, os programas de atendimento socioeducativo devem estar estruturados dentro dos seguintes eixos estratégicos:

- Eixo suporte institucional e pedagógico
- Eixo diversidade étnico-racial e de gênero
- Eixo educação
- Eixo esporte, cultura e lazer.
- Eixo saúde
- Eixo abordagem familiar e comunitária
- Eixo profissionalização, trabalho e previdência.
- Eixo segurança

O SINASE e resultado de várias encontros regionais que abrangeram diferentes campos de

governo, representantes de instituições especializadas na área, além de uma série de debates protagonizados por operadores do Sistema de Garantia de Direitos, que resultou no documento normativo aprovado pela Resolução CONANDA (Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente) através da Resolução nº 119 em 11/12/2006 e sancionado através da LEI Nº 12.594, DE 18 DE JANEIRO DE 2012, o SINASE agrupa princípios, regras e critérios para a implementação de medidas socioeducativas e fornecer parâmetros que desenvolver uma nova arquitetura socioeducativa este foi o primeiro documento que propões questões de estrutura física de atendimento aos adolescentes de 12 a 18 anos, e excepcionalmente jovens até 21 anos de idade, a quem se atribui a prática do ato infracional desde o momento da apuração até a execução das Medidas Socioeducativas.

O adolescente deve ser alvo de um conjunto de ações socioeducativas que contribua na sua formação, de modo que venha a ser um cidadão autônomo e solidário, capaz de se relacionar melhor consigo mesmo, com os outros e com tudo que integra a sua circunstância e sem reincidir na prática de atos infracionais. Ele deve desenvolver a capacidade de tomar decisões fundamentadas, com critérios para avaliar situações relacionadas ao interesse próprio e ao bem-comum, aprendendo com a experiência acumulada individual e social, potencializando sua competência pessoal, relacional, cognitiva e produtiva. (Gestão SINASE, 2009 – 2010) “Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, e será punido na forma da lei qualquer atentado, por parte ou omissão, aos direitos fundamentais”. (Estatuto da Criança e adolescente, ECA).O objetivo do SINASE, enfim, é a efetiva implementação de uma política pública especificamente destinada ao atendimento de adolescentes autores de ato infracional e suas respectivas famílias, de cunho eminentemente Inter setorial, que ofereça alternativas de abordagem e atendimento junto aos mais diversos órgãos e equipamentos” públicos (com a possibilidade de atuação, em caráter suplementar, de entidades não governamentais), acabando de uma vez por todas com o “isolamento” do Poder Judiciário quando do atendimento desta demanda, assim como com a “aplicação de medidas” apenas “no papel”, sem o devido respaldo em programas e serviços capazes de apurar as causas da conduta infracional e proporcionar - de maneira concreta - seu tratamento e efetiva solução, como seria de rigor. (DIAGIÁCOMO, 2012) O atendimento socioeducativo mencionado neste capítulo refere-se ao atendimento prestado pelas entidades e/ou programas que executam as medidas socioeducativas e internação provisória, tendo em vista que todas as modalidades de atendimento compõem o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE).

2.2 PARÂMETROS ARQUITETÔNICOS DE UNIDADES DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO

Os projetos arquitetônicos e complementares das unidades socioeducativas são definidos pela Lei nº 8.666/93 e sua elaboração e posterior execução eles respeitam as seguintes orientações das Unidades de atendimento de internação provisória, de semiliberdade e de internação seguem as exigências de humanização de segurança, de conforto ambiental, de ergonomia, essa estrutura física deve ser pedagogicamente apropriada ao desenvolvimento da ação socioeducativa. A disposição das unidades socioeducativa é mais um dos instrumentos para uma ação socioeducativa, precisa além de um olhar prudente aos assuntos estruturais, programáticos e construtivos, necessita sempre de relações subjetivas que constituam o processo de ressocialização contribuindo para que os papéis realizados naquele ambiente sejam assim socioeducativos.

Deve ser pedagogicamente adequada ao desenvolvimento da ação socioeducativa. Essa transmite mensagem às pessoas havendo uma relação simbiótica entre espaços e pessoas. Desta forma, o espaço físico se constitui num elemento promotor do desenvolvimento pessoal, relacional, afetivo e social do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa. (SINASE, 2006, p. 79).

2.3 COMUNS AS UNIDADES DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DE INTERNAÇÃO.

Devem seguir a todas as determinações dominadas no documento do SINASE ou constituídas em resoluções, portarias, leis, decretos e normas federais, estaduais/distrital e municipais, até mesmo normas de concessionárias de serviços públicos, sendo sempre ponderadas as últimas edições ou substitutivas de todas as legislações e normas utilizadas ou citadas neste documento;

Estar de acordo com a concepção pedagógica específica do programa de atendimento socioeducativo;

Estabelecer a integração com a comunidade próxima ao local previsto para a execução do projeto e com todos os atores envolvidos, incluindo os adolescentes e sociedade civil favorecendo a integração social do adolescente;

Atender, no caso de projetos complementares, às especificidades necessárias ao adequado funcionamento das Unidades, obedecendo a critérios de facilidade de

manutenção, segurança;

Considerar na aquisição dos materiais a serem empregados nas edificações os critérios de qualidade e economia de custos;

Assegurar que as partes externas sejam convenientemente drenadas, permitindo o perfeito escoamento das águas pluviais;

Prever iluminação artificial em todas as dependências da Unidade, bem como gerador de emergência que entrará em funcionamento caso ocorra pane na subestação principal ou falta de energia;

Utilizar pisos e outros materiais que sejam laváveis e resistentes, permitindo uma prática e eficiente conservação e manutenção; e as paredes, sempre que possível, deverão ser lisas, de pintura lavável, podendo apresentar soluções estéticas com texturas variáveis, sem prejuízo da segurança física do adolescente. (Gestão SINASE, 2009 – 2010)

2.4. NORMAS ESPECÍFICAS PARA CONSTRUÇÃO DE CENTROS SOCIOEDUCATIVO

Para a concepção de uma unidade de internação deve haver levantamento de elementos e informações que confirmem a necessidade de construção, reforma ou ampliação, direcionada ao nível de contenção especificada no projeto pedagógico, em função do público-alvo;

Utilizar material de acordo com as características de cada região, prevendo uma adequada ventilação e proteção, seguindo esquemas técnicos especiais que acolham às condições climáticas regionais.

Maior segurança externa que permita uma concepção de espaços internos com um melhor desenvolvimento das atividades socioeducativas, respeitados os critérios preconizados no artigo 123 do (ECA);

O número de até quarenta adolescentes em cada unidade de atendimento, conforme determinação da resolução de n.º 46/96 do (CONANDA), sendo constituída de espaços residenciais (módulos) com capacidade não superior a quinze.

Observar que os quartos existentes nas residências (módulos) sejam de no máximo três adolescentes;

Observar na criação dos diversos ambientes da unidade os seguintes detalhamentos:

Na fase inicial de acolhimento podem ser projetados dois módulos de moradia, preferencialmente com quartos individuais, separados com barreira física ou visual;

Nas fases intermediária e conclusiva do atendimento poderão ser projetados quartos individuais ou coletivos (de no máximo três adolescentes) não havendo necessidade de barreira física e visual nos atendimentos;

Na convivência protetora, cujo ambiente é destinado àqueles que precisam ser resguardados da convivência coletiva, poderá ser criada uma barreira física e visual de separação. (Gestão SINASE, 2009 – 2010).

Em caso de quartos coletivos deverão ser dimensionados considerando o perfil do adolescente, a sua origem (naturalidade), a gravidade do ato infracional. Desenvolvimento espaços de atividades coletivas, na perspectiva de criar ambientes que possibilitem a prática de uma vivência com características de moradia sem, no entanto, desconsiderar que é uma Unidade de atendimento de privação de liberdade; Existência de áreas verdes e a aplicação da psicodinâmica das cores, visando à

humanização do ambiente, bem como estimular a criatividade, perspectiva de futuro e dinamização no aprendizado;
“Pé-direito” mínimo de 3,00m, resguardadas as especificidades de cada ambiente, e, no caso da verticalização das edificações limitar ao máximo de dois pavimentos;
Obedecida a rigorosa separação por critérios de idade, compleição física e gravidade da infração (Gestão SINASE, 2009 – 2010).

2.5. ESPAÇO INSTITUCIONAL UNIDADE SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO

Os espaços designados à internação de adolescentes em conflito com a lei passou por muitas alterações, modificações, são fruto das novas relações sociais estabelecidas e dos valores defendidos em cada época, desde a sua criação. O primeiro estabelecimento para abrigar adolescentes com desvios de conduta foi instituto disciplinar em São Paulo. Esta instituição tinha por finalidade corrigir e punir a criança e ao adolescente que cometesse atos não condizentes ao bom convívio social, as instituições apresentavam um tratamento de caráter repressivo, correccional e punitivo, como instrumento de recuperação que se via refletido na edificação.

Os ambientes institucionais constituem um universo particular onde se reúne, por tempo determinado, um conjunto de indivíduos e onde se desenrolam atividades definidas. Uma “instituição corresponde à visibilidade de um lugar, de um edifício e manifesta-se por um conjunto de características materiais que acolhem tal ou tal atividade.” (FISCHER, 1994). Atualmente, esses espaços seguem novos princípios e diretrizes pedagógicas e ações socioeducativas que veem a privação de liberdade não como sanção, mas como instrumento para educação do jovem.

O adolescente passa a viver sob vigilância e sob um conjunto de regras da equipe dirigente. Uma unidade socioeducativa de internação encerra e isola os jovens do convívio social e é aqui definida como sendo uma instituição total, tal como conceitua Goffman (2008). Quando se trata de uma unidade socioeducativa de internação, os jovens são isolados do meio social pelo ato infracional cometido e, por este motivo, tiveram sua liberdade cerceada em um espaço isolado dos olhos do restante da sociedade, onde através do exercício do poder disciplinar (FOUCAULT, 2007) e dos princípios socioeducativos, busca-se transformar os internos.

De acordo com (Goffman, 2001 pp.11) “um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, leva uma vida fechada e formalmente administrada”.

Esses tipos de espaços exercem influência no estado psicológico de seus usuários Definido até alterações nas formas de se relacionar socialmente. Segundo Goffman. (Capítulo 2 – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA pp.24), o caráter fechado dessas instituições promove uma ruptura profunda com os papéis desempenhados anteriormente na sociedade, havendo então uma reavaliação dessa perda de papel. Por isso o autor as chama de “estufa para mudar pessoas”, mento sobre o que se pode fazer com o eu tanto positiva quanto negativamente.

De acordo com Foucault (2007) o objetivo desses espaços é controlar e organizar as atividades em série, de modo a permitir um controle específico tanto através do tempo como das atividades realizadas.

As fronteiras físicas dos espaços de internação , por mais que trabalhem com elementos que visam acabar com as características da segregação urbana, não funcionam de forma tão eficaz pra eliminar a capacidade de ação e do discurso do sujeito internado, de acordo com Arendt (1991, p.204), “as limitações legais nunca são defesas absolutamente seguras contra a ação vinda de dentro do próprio corpo político, da mesma forma que as fronteiras territoriais jamais são defesas inteiramente seguras contra a ação vinda de fora.” Quando um adolescente ingressa na unidade, as relações sociais são transformadas, pois o espaço é outro, mas elas não apagam-se.

Ele passa a criar formas de construir novas individualidades e se defender da modelação do sistema e, muitas vezes, utiliza dos próprios recursos da instituição para contrariar as normas do local, através da demarcação de novas fronteiras simbólicas, por exemplo. (BENELLI, 2003; CORDEIRO, 2009)

Para identificar quais características devem ser observadas na elaboração dos espaços de ressocialização é preciso antes compreender melhor a relação existente entre a pessoa e o ambiente. Essas relações são estabelecidas no espaço vivenciado diariamente pelo indivíduo que tem grande importância para a estruturação da relação da pessoa com o mundo.

Fischer (1994) o Espaço é a matriz ambiental que informa as relações humanas na sua complexidade ao mesmo tempo em que é, como elas, o resultado de fatores culturais, sociais e institucionais.

2.6. PERFIL DOS ADOLESCENTES POR IDADE DADOS BRASIL

São Adolescente de 15 a 17 anos com famílias desestruturadas, defasagem escolar e envolvidos com drogas que cometeram, principalmente, infrações contra o patrimônio público como furto e roubo.

A maioria dos jovens é afrodescendente, que não frequentava a escola quando praticou o crime, era usuário de drogas e a família vivia com uma renda mensal de até dois salários mínimos, ou seja, são jovens cujos atos são, muitas vezes, reflexo da situação social em que vivem:

Perfil dos Adolescentes por Idade Dados Brasil

■ Idade 16 a 17 Anos ■ Idade 18 a 21 anos ■ Idade 15 anos

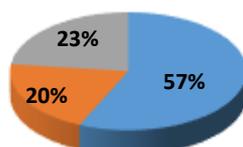


Gráfico 1: Perfil dos Adolescentes por Idade Dados Brasil - Panorama Nacional, A Execução das Medidas Socioeducativas de Internação Programa Justiça ao Jovem - 2012

A criminalidade entre os jovens está associada à aquisição de bens de consumo onde a infração se apresenta como uma forma de inserção, por meios ilícitos. No entanto, e preciso deixar claro que pobreza não é sinônimo de criminalidade ou de violência, mas quando o indivíduo se vê privado dos serviços básicos e das condições mínimas de vida se torna mais vulnerável a prática de atos ilícitos. Essa situação tende a ser agravada se aliada às características próprias da adolescência, quando o jovem está aberto para novas experiências à adolescência e uma fase de transição em que a construção de personalidade e alguns apresenta, na maioria das vezes, comportamento agressivo e transgressor.

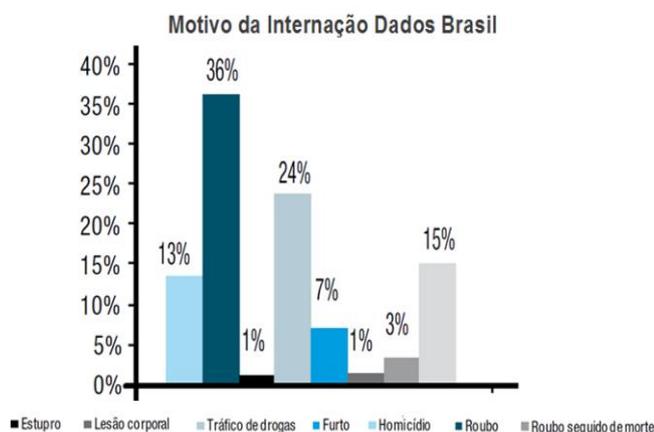


Gráfico 2: Motivos de Internação Dados Brasil - Panorama Nacional, A Execução das Medidas Socioeducativas de Internação Programa Justiça ao Jovem - 2012

Esses adolescentes infratores pararam de estudar aos 14 anos, entre a quinta e a sexta série, o que demonstra a necessidade de se adotar no país políticas específicas voltadas ao combate da evasão escolar no ensino fundamental. Além disso, 8% deles não chegaram sequer a serem alfabetizados. Nesse aspecto, a desigualdade entre as Regiões do país ficou evidenciada no estudo. Entre os jovens entrevistados no Nordeste, 20% declararam que não sabem ler, enquanto no Sul e no Centro-Oeste essa proporção foi de apenas 1%.

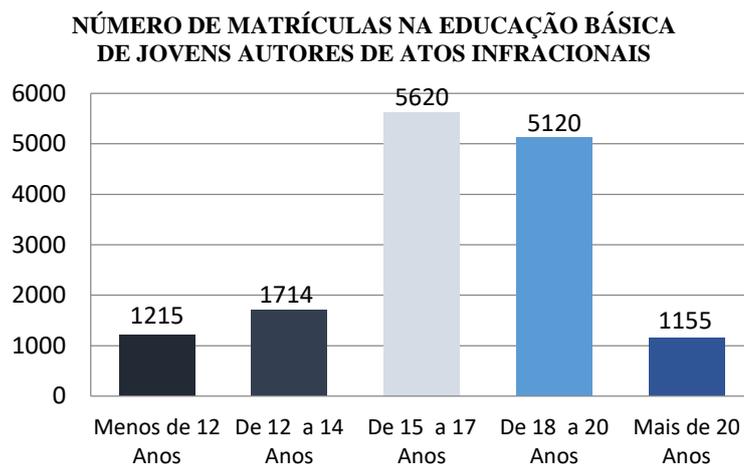


Gráfico 3: socioeducativa por faixa etária - Brasil - Panorama Nacional, A Execução das Medidas Socioeducativas de Internação Programa Justiça ao Jovem – 2012

2.7. SITUAÇÃO DOS CENTROS DE INTERNAÇÃO PARA JOVENS INFRATORES NO BRASIL

Situação dos centros de internação para jovens infratores no Brasil encontrasse incapaz de executar a legislação da maneira adequada, como se prevê o estatuto da criança e do adolescente (ECA) e o (SINASE). Quando observadas as estruturas físicas das unidades, constatou-se que parte delas não possui em sua arquitetura espaços destinados à realização de atividades consideradas obrigatórias para a concretização dos direitos fundamentais assegurados pela legislação, tais como a saúde, a educação e o lazer.

Percentual de estabelecimentos quanto à estrutura física das unidades em âmbito nacional.



Gráfico 4: Percentual de estabelecimentos quanto à estrutura física das unidades em âmbito nacional Idade Dados Brasil - Panorama Nacional, A Execução das Medidas Socioeducativas de Internação Programa Justiça ao Jovem – 2012

Os espaços destinados à internação de adolescentes em conflito com a lei sofreram muitas modificações, transformações e foram concebidos de formas diferenciadas, fruto das novas relações sociais estabelecidas e dos valores defendidos em cada época, desde a sua criação. Sem um projeto político-pedagógico adequado a Superlotação de quartos, estrutura física precária e saneamento degradado, falta de segurança aos funcionários. A distância entre o que se prevê a lei e o que se executa na prática segue insolúvel. Esses espaços tentam adotar princípios pedagógicos e ações socioeducativas que veem a privação de liberdade não como sanção, mas como instrumento para educação do adolescente.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelece um sistema socioeducativo que não é aplicado os menores são presos e levam uma vida de presidiário. Eles tinham que ter educação regular, lazer, mas não é o que acontece. Se falam em alojamentos, mas na prática são celas. É prisão” O adolescente passa a viver sob vigilância e sob um conjunto de regras da equipe dirigente. Uma unidade socioeducativa de internação encerra e isola os jovens do convívio social e é aqui definida como sendo uma instituição total, tal como conceitua Goffman (2008). O relatório do CNMP mostra, ainda, que os 16 estados do Brasil em situação de superlotação nos centros socioeducativos. O percentual é maior que a média nacional, que ficou em 19,2% de lotação.

O Brasil tem em torno de 15.414 vagas para menores nas unidades socioeducativas, enquanto atende em torno de 18.378. Todos os estados brasileiros precisam de melhoria nas unidades de internação de adolescentes em conflito com a lei,

A questão arquitetônica é principal, mas também o que vale é o tratamento dado ao adolescente nós temos muita dificuldade com essa questão que é da competência do Poder Executivo estadual. Não adianta ficar culpando o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) pelo aumento da violência, pelo aparecimento de novos casos envolvendo os adolescentes. É uma causa social que está diretamente ligada à função de Poder Executivo, que tem atribuição de melhorar todo o sistema socioeducativo. “Os adolescentes que praticam crimes são responsabilizados, não há que se falar em impunidade quando o assunto é adolescente infrator, mas eles são punidos dentro da capacidade de desenvolvimento deles, que ainda não está completa”.

NÚMERO DE UNIDADES DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DE INTERNAÇÃO

Região	Nº de Unidades de Internação*	População de 12 a 18 anos**
Brasil	190	76
Sul	35	09
Sudeste	83	29
Centro-Oeste	16	07
Norte	21	08
Nordeste	35	23

Tabela 1: Número de Unidades de atendimento socioeducativo de internação e semiliberdade – por Região. Fonte: *IPEA/DCA-MJ (Rocha, 2002) e ** Fuchs (2004). - Panorama Nacional, A Execução das Medidas Socioeducativas de Internação Programa Justiça ao Jovem – 2012

Somente a partir das mudanças necessárias na estrutura física nas unidades baseadas em um projeto pedagógico específico e com profissionais capacitados, será possível humanizar o atendimento e transformar essas unidades em ambientes verdadeiramente socioeducativos. Os espaços institucionais, destinados a internação de jovens infratores em sua maioria, não é adequado suas condições internas de uso das estruturas e os parâmetros arquitetônicos, ambos em total desconformidade com as tratativas sobre Direitos Humanos e, especialmente, sobre crianças e adolescentes, são insuficiente como por inexistência, como os critérios higiênicos ou operacionais do dia-a-dia são inadequados variam desde a inexistência de espaços para atividades esportivas e de convivência, até as péssimas condições de manutenção e limpeza.

E ainda, a existência de unidades que, mesmo dispendo de equipamentos para

atividades coletivas, não os utilizam. Muitas unidades funcionam em prédios adaptados e algumas em antigas prisões. Vários desses centros de internação se encontram com problemas de superlotação, com registro de até cinco adolescentes em quartos que possuem capacidade individual e os quartos coletivos abrigavam até o dobro de sua capacidade. As salas de aula e os espaços para as oficinas são pequenos, sem ventilação e sem claridade suficiente para o desenvolvimento das atividades. Segundo o CNJ foi detectado, Mais de 10% dos estabelecimentos registraram situações de abuso sexual e 5% deles apresentaram ocorrências de mortes por homicídio. Além disso, quase um terço dos adolescentes declarou sofrer algum tipo de agressão física. O roubo e o tráfico de drogas são as infrações que levam a maior parte dos jovens ao cumprimento de medidas socioeducativas.

REGIÃO NORTE

Para atender aos adolescentes em conflito com a lei que cumprem as diferentes modalidades de internação, a Região Norte atualmente dispõe de 45 unidades distribuídas em 25 municípios, 6 sendo que apenas seis localidades contam com mais de um estabelecimento específico para essa finalidade.

PERCENTUAL DE ESTABELECIMENTOS POR ESTADO

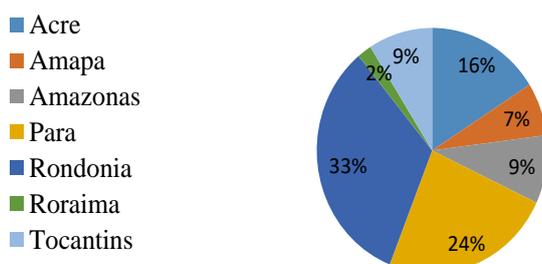


Gráfico 4: Percentual de estabelecimentos região norte em âmbito nacional Idade Dados Brasil - - Panorama Nacional, A Execução das Medidas Socioeducativas de Internação Programa Justiça ao Jovem – 2012

Embora as unidades estejam situadas em 12 das 20 mesorregiões existentes, são detectados vários vazios institucionais sem nenhuma estrutura para atender aos adolescentes que cumprem internação.

Unidades da Federação	Quantidade de estabelecimentos	Média de municípios por estabelecimento	Capacidade Total	Média da capacidade total por estabelecimento
Acre	7	3,1	261	37,2
Amapá	3	5,3	85	28,3
Amazonas	4	15,5	162	40,5
Pará	11	13,9	305	27,7
Rondônia	15	3,4	336	22,4
Roraima	1	15,0	81	81,0
Tocantins	4	34,7	118	29,5
Total	45	10,0	1.348	29,9

Tabela 2: Capacidade total de estabelecimentos de unidades da região norte - Panorama Nacional, A Execução das Medidas Socioeducativas de Internação Programa Justiça ao Jovem – 2012

Ao observar o mapeamento realizado na região (mapa um), pode-se inferir a má distribuição geográfica das unidades existentes, com exceção dos estados do Acre e Rondônia, e casos mais graves, especialmente nos estados do Amazonas e Pará. Médias de municípios e capacidade total por estabelecimentos e unidades da federação.

CAPITULO 3 ANALISE DA ESTRUTURA FÍSICA DE 3 CENTROS DE INTERNAÇÃO DO BRASIL

Para a realização da análise das unidades foram estabelecidos dois critérios para a escolha das unidades socioeducativas.

Foram escolhidas unidades de internação aquelas que se constitui como medida socioeducativa de privação de liberdade. Que sejam em internação permanente, que dura por um período máximo de três anos, e internação provisória, por um período de até 45 dias, até que o juiz decida se o jovem vai para internação permanente ou cumprirá outra medida socioeducativa.

À privacidade estão “ligados os seguintes elementos arquitetônicos: paredes, aberturas, disposição dos espaços e equipamentos, arranjo da mobília, acústica, quantidade de espaço, dimensões das salas, etc.” (ALMEIDA, 1995 pp.28).

CRITÉRIO

- Sejam Unidades de internação, ou seja, de privação de liberdade, pois nelas os jovens ficam internados e estabelecer um número maior de relações com o espaço.
- Que essas unidades tenham sido construídas com as exigências da adoção do SINASE, ou das orientações que precederam a elaboração do documento, como requisito para a elaboração do projeto arquitetônico e construção do edifício.



Mapa 1:Localização no Mapa Unidades de Atendimento Socioeducativo

A partir desses critérios foram escolhidas três unidades para estudo:

- I. Unidade – Unidades de Atendimento Socioeducativo Páscoa Costa e Silva Situada na Região Norte.
- II. Unidade – Centro de Atendimento Socioeducativo de Pernambuco (CASE) Situada na Região Nordeste.
- III. Unidade – Centro Socioeducativo de Atendimento ao Adolescente em Conflito com a Lei (CSE) Situada na Região Sudeste.

3.1. UNIDADES SOCIOEDUCATIVO PÁScoa COSTA SILVA E MARIO BARBOSA

Um espaço tem 48 mil metros quadrados para abrigar 80 adolescentes, está situado no município de Benevides, região metropolitana de Belém. São duas unidades de atendimento socioeducativo que foram construídas de acordo com os padrões do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) e a maior de todas as 14 unidades que a FASEPA mantém no Estado. Nesta unidade houve uma preocupação de criar uma imagem de escola para essas instituições.



Figura 1: Vista da unidade, Quadra Poliesportiva e alojamentos dos Reeducandos.
Fonte: <http://www.fasepa.pa.gov.br/?q=node/166>

FOTOS DOS AMBIENTES:

Figura 2: Alojamentos Reeducandos
Fonte: <http://www.fasepa.pa.gov.br/?q=node/166>

A Unidade possui refeitório, sala de barbearia, praça de convivência, anfiteatro, blocos de salas de aula, biblioteca, sala de informática para 20 computadores, auditório com 50 lugares, ginásio de esportes com quadra poliesportiva, campo de futebol, padaria para oficinas de panificação e espaço para outras atividades físicas, além de apiário e bloco de educação ambiental onde os adolescentes irão aprender apicultura e técnicas agrícolas.



Figura 3: Administração da Unidade e Auditório
Fonte: <http://www.fasepa.pa.gov.br/?q=node/166>



Figura 4 : Área de Lazer
Fonte: <http://www.fasepa.pa.gov.br/?q=node/166>

As Unidades de Atendimento Socioeducativo “Páscoa Costa e Silva” e “Mário Barbosa”, Possuem 48 alojamentos disponíveis, um é reservado para adolescente Portador de Necessidades Especiais.

3.2. CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DE PERNAMBUCO (CASE)

Objetivando a consolidação da Política de Atendimento ao Adolescente e ao Jovem, as unidades de atendimento são dotadas de condições compatíveis ao desenvolvimento do trabalho pedagógico de forma personalizada, considerando o modelo definido pelo SINASE, com a implantação de espaços de convivência adequados para adolescentes sob Medidas Socioeducativas.



Figura 5: Vista da unidade, Quadra Poliesportiva e alojamentos dos Reeducandos area de administração.

Fonte : <http://www.funase.pe.gov.br/>

Seu Público Alvo e adolescentes, na faixa etária dos 12 aos 18 anos de idade incompletos e, excepcionalmente, dos 18 aos 21 anos de idade, envolvidos e/ou autores de ato infracional. O Centro de Atendimento Socioeducativo de Pernambuco (CASE) está situado, no distrito de Pacas, em Vitória de Santo Antão, tem capacidade para receber 72 internos, entre adolescentes e jovens do sexo masculino, que cumprem medida em meio fechado.

Tem uma área total de 26 mil metros quadrados, sendo 4,1 mil de área construída, onde foram erguidas seis casas com quatro dormitórios em cada unidade. No espaço há uma Escola Estadual com duas salas de aula, um ambiente voltado ao aprendizado da informática, uma biblioteca e duas salas que serão utilizadas para oficinas de formação dos socioeducandos. Há ainda duas quadras de areia, um campo de areia, quadra coberta e espaço ecumênico.

FOTOS DOS AMBIENTES:

Figura 6: alojamentos dos Reeducandos.
Fonte : <http://www.funase.pe.gov.br/>

Além de seis casas com quatro dormitórios cada, o espaço abrigará uma escola estadual com duas salas de aula, um ambiente voltado ao aprendizado da informática e uma biblioteca.



Figura 7: Sala de informática.
Fonte : <http://www.funase.pe.gov.br/>

Sua estrutura física conta com, sala de atendimento médico, psíquico, jurídico, quadra poliesportiva coberta, escola, auditório, biblioteca, refeitório, salas de informática, salas de oficinas profissionalizantes, atendimento social, campo de futebol e espaços para convivência familiar e comunitária.



Figura 8: Área de embalagem de alimentação
. Fonte : <http://www.funase.pe.gov.br/>

Sua tipologia beneficia ainda a segurança, no alcance em que os ambientes de convívio principais são demarcados por portas que podem servir como ferramenta de controle de um determinado grupo, impedindo assim a desenvolvimento de aglomerados facilitando a manutenção da ordem. A moradia se restringe basicamente aos alojamentos, o que mais se assemelha às antigas formas de aprisionamento.

3.3. CENTRO SOCIOEDUCATIVO DE ATENDIMENTO AO ADOLESCENTE (CSE)



Figura 9 : Vista da unidade, área administrativa e alojamentos dos Reeducandos.

Fonte : <http://www.ias.es.gov.br/>

O Centro Socioeducativo de Atendimento ao Adolescente em Conflito com a Lei (CSE), localizado no bairro Tucum, em Cariacica, é uma construção modelo nesta área em nível nacional de projeto arquitetônico.

A unidade busca ações de atendimento ao adolescente em conflito com a lei por ser um espaço estruturado, que na sua construção visou o cumprimento das exigências do estatuto da criança e do adolescente (ECA) e do sistema nacional de atendimento socioeducativo (SINASE). O projeto do centro socioeducativo do IASES, foi desenvolvido tomando como base tais adequações, antes mesmo do (SINASE) ser aprovado em 2006, o que o tornou uma iniciativa pioneira e diferenciada um prédio com um novo modelo de gestão que efetivamente cumprir o que é determinado pelo (ECA) diferente do que é entendido por grande parte da sociedade numa unidade de atendimento não e visto como um lugar de castigo e sim de reconstrução e inclusão social.

A unidade está situada na região Sudeste, a edificação é destinada aos jovens do sexo masculino e ocupa um terreno de cerca de 40.000 m², com capacidade para 80 adolescentes. Sua construção se iniciou em 2004, e foi concluída em 2008.

Configura-se em blocos soltos distribuídos ao longo do terreno, de modo a formar uma circulação central que conecta os espaços e distribui os fluxos visam à utilização dos espaços

de maneira socioeducativa.

Sua estrutura física conta com escola, auditório, biblioteca, refeitório, salas de informática, de oficinas profissionalizantes, atendimento social, sala de atendimento médico, psíquico, jurídico, quadra poliesportiva coberta, pista de atletismo, campo de futebol com vestiário, piscina, sala de ginástica e espaços para convivência familiar e comunitária. As moradias possuem espaços de uso comum, de onde é possível visualizar o restante da unidade através das janelas baixas



Figura 10: Piscina

Fonte : <http://www.iases.es.gov.br/>



Figura 11: Campo de Futebol

Fonte : <http://www.iases.es.gov.br/>

O espaço disponível são quatro salas de uso múltiplo O refeitório foi considerado como espaço de grande potencial socioeducativo da unidade, pois se apresenta como um ponto de encontro de todos os que fazem parte do sistema. Os espaços destinados ao esporte e lazer são bem significativos, tendo uma boa diversidade de espaços para realização dessas atividades: pista de atletismo, piscina, quadras, sala de ginásticas, etc. Tal diversidade dá à equipe a

possibilidade de realizar várias atividades de cunho pedagógico com os jovens.



Figura 12: Auditório.

Fonte : <http://www.ias.es.gov.br/>



Figura 13: Vista dos alojamentos.

<http://www.ias.es.gov.br/>



Figura 14: parque dos Pés Descalços

Fonte : <http://www.ias.es.gov.br/>

Os espaços de maior privação, representados pelos alojamentos, onde a visualização dos espaços externos é restrita e o jovem tem visão para o pátio interno das moradias por meio de janelas basculantes. Os alojamentos e banheiros são individuais, o que dá certa privacidade e contribui para o respeito da singularidade do adolescente. À escola está numa distância que permite ao jovem sair da sua moradia e se deslocar até ela. Já as oficinas estão entre o bloco educacional e os espaços de esporte e lazer.

CAPÍTULO 4 ESTUDO DE CASOS REFERÊNCIA PARA PROJETO CRIAÇÃO DO CENTRO DE INTERNAÇÃO MASCULINAS

No estado do amapá todas as unidades de internação estão estruturadas na capital. Instituição que aplica medida socioeducativa de internação aos adolescentes do sexo masculino na fase inicial, intermediária e final de internação com áreas destinadas à recreação em comuns a todos. Tem capacidade 45 para receber até adolescentes, entre 14 e 23 anos. Sua administração compete a, (FCRIA) Fundação da Criança e Adolescente.

Tendo como base no SINASE estudo buscou identificar e Analisar as falhas no estruturar existente na configuração arquitetônica do Cesein com o propósito de chegar a uma compreensão abrangente da situação existente Cesein e atenuar para a aplicação das novas diretrizes do sinase na concepção do projeto arquitetônico para a criação do centro de internação masculina.

CENTRO SOCIOEDUCATIVO DE INTERNAÇÃO



Figura 15: Frente do Cesein
Fonte: John Pacheco/G1

Na descrição dos procedimentos do estudo, é preciso o ressaltar que algumas dificuldades foram encontradas no decorrer do estudo.

Por se tratar de locais cujo fator segurança é preponderante, a plantas baixas não foi

disponibilizada, dificultando a ilustração das análises para compreensão de detalhes estruturais e organizacionais dos espaços.



Figura 16: Muro que divide o Cesein do Conjunto Habitacional
Fonte: John Pacheco/G1

Foram feitas duas visitas na instituição. A primeira, mais curta, visava ao reconhecimento inicial do local, entendimento da dinâmica institucional e para o levantamento físico preliminar dos ambientes a serem estudados. A segunda foi mais vivenciar a rotina da instituição e do processo de ressocialização dos adolescentes. Foi o primeiro contato com o ambiente institucional.

O levantamento dos dados foi conduzido numa abordagem estruturada em duas direções, avaliando a instituição tendo em vista três dimensões: Vivencial e Física.

ANÁLISE DA ESTRUTURA FÍSICA

Quanto às condições internas de uso das estruturas e os parâmetros arquitetônicos, está totalmente desconformidade com o SINASE praticamente todos os itens de avaliação demonstraram desqualificados, tanto por insuficiência como por inexistência, como os

critérios higiênicos ou operacionais do dia-a-dia, conforme o descrito abaixo:



Figura 17: Situação dos alojamentos (FONTE: John Pacheco/G1)

Por ser em blocos o centro possui volumes diferenciados, e foram trabalhados de acordo com a topografia do terreno, e com maior horizontalidade. Condições dos alojamentos: neste espaço da unidade foi constatada a insuficiência dos seguintes quesitos analisados: higiene, iluminação, pintura, elétrica, hidráulica, esgoto/sanitário, material/equipe.



Figura 18: Situação dos alojamentos (FONTE: John Pacheco/G1)

Outro aspecto que merece destaque é a insuficiência de camas individuais, mesas, cadeiras, ou seja, do mobiliário do alojamento, Os alojamentos está equipado com trancas o que é notório ante as imagens abaixo:



Figura 19: Situação dos alojamentos (FONTE: John Pacheco/G1)

Dentro das unidades, espaços destinados ao ISOLAMENTO de adolescentes, uma grave violação das leis do SINASE e do Direitos Humanos de adolescentes privados de liberdade.

Sendo assim, os alojamentos apresentam-se insatisfatórios, com características que inviabilizam uma convivência interna digna, em total desconformidade com os artigos 49 a 51 da Lei 12.594/12, e Lei 8.069/906.

Condições da Cozinha/Dispensa/Refeitório: classificado como inexistente os quesitos de higiene/aeração, iluminação, pintura, elétrica, hidráulica.

Com relação ao espaço destinado à preparação da alimentação dos adolescentes e jovens internados na unidade fiscalizada, está dependência está em desconformidade com as normas estabelecidas e os parâmetros arquitetônicos que devem ser seguidos para alocação de adolescentes, a alimentação e de péssima qualidade.

Condições das Dependências Destinadas À Escola, Salas de Aula, Espaços de Recreação

Apesar de alguns elementos positivos, tais como a existência de eletricidade e parte hidráulica nas salas de aula, outros são insatisfatórios ou inexistentes, a higiene, a pintura do local, a iluminação e material.

A área destinada à prática de esportes/recreação (quadra), está em uma reforma desde março de 2014 assim é insuficiente para a realização de atividades externas com os adolescentes.

Haja vista que esta unidade não proporciona, minimamente, condições de lazer. A precariedade da área externa é tamanha, que os adolescentes ficam confinados em uma sala de "auditório" para prática de atividades, tendo apenas acesso a esta área livremente na pratica de algumas atividades.



Figura 20: Área externa de lazer e quadra coberta
Fonte: Autor da Pesquisa 2015



Figura 21: Auditórios atividades de recreação Fonte: Autor da Pesquisa 2015

A unidade estava com superlotação, superando o limite máximo de capacidade, o que acarreta precárias condições de higiene, além de ser inviabilizada a acomodação dos adolescentes nos alojamentos, sendo submetidos às condições indignas de subsistência, com alojamentos apresentando ausência de iluminação e muitos mosquitos. Isto certamente constitui um dos fatores que contribuem para o atual estado de saúde dos internos.



Figura 22: Atividade de recreação salto à distância Fonte: Autor da Pesquisa 2015



Figura 23: Atividade de recreação futebol de areia Fonte: Autor da Pesquisa 2015

OBSERVAÇÕES SOBRE O ESTUDO DE CASO DO CENTRO SOCIOEDUCATIVO DE INTERNAÇÃO (CESEIN).

- ✓ Não foram liberadas plantas baixas por ser uma instituição penal por questões de segurança.
- ✓ E proibido tirar fotos de alguns ambientes sem ordem judicial e as fotografias exportas no trabalho do (CESEIN) foram liberadas pela fundação nacional da criança e do adolescente (FCRIA)
- ✓ As visitas foram feitas por agendamento com a presença de agentes e de funcionários da (FCRIA).

CAPÍTULO 5 PARTIDO ARQUITETÔNICO

O presente trabalho visa estabelecer o conjunto de parâmetros básicos a serem adotados para um estudo de projeto arquitetônico de um centro socioeducativo de internação Masculino (CSIM), construída com as novas diretrizes estabelecidas pelo Sinase, a chamada arquitetura socioeducativa, os projetos também seguem leis do ECA - Estatuto Da Criança e do Adolescente, Tem como objetivo de proteger os direitos de qualquer Jovem, seja ele em conflito com a lei ou não., onde visa-se uma maior ressocialização e recuperação de adolescestes por parâmetros de gestão pedagógica na medida socioeducativa de internação,

Devem ser adequados ao desenvolvimento da ação socioeducativa transmitindo mensagem às pessoas simbiótica entre espaços e pessoas. O espaço físico se constitui num elemento promotor do desenvolvimento pessoal, relacional, afetivo e social do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa.

O centro socioeducativo de internação Masculino (CSIM), além de atender os jovens em conflito com a lei, tem o objetivo de atender a comunidade próxima com programas de desenvolvimento social e comunitário, Visando humanizar o cumprimento da medida socioeducativa, sem abrir mão do controle e segurança. Para uma maior integração.

Conta com uma área de lazer publica na área frontal, para promover a relação do edifício com a sociedade gerando uma melhor inclusão com o entorno, sem criar impactos negativos no meio inserido. A área de lazer publica contribui para retirar a instituição Penal da invisibilidade na paisagem.

Este projeto irá apresentar uma alternativa técnica e social viável para auxiliar na solução de um grande problema da violência nas últimas décadas que vem exibindo um aumento considerável, sendo os jovens as principais vítimas e infratores assim tornando um dos maiores problemas que a sociedade brasileira está enfrentando.

O programa arquitetônico do centro socioeducativo de internação Masculino (CSIM) é bem flexível e surgirá a partir dos dados levantados em pesquisas de campo do Cesein e do análise da infraestrutura dos 3 centros do brasil, munidos das diretrizes prevista pelo SINASE, código de obras do município de Macapá. Embasando-se nas informações levantadas vai-se elaborar, sequencialmente, 1 modelos centro socioeducativo de internação Masculino (CSIM).

O Partido Arquitetônico define as características gerais do projeto, como uma “consequência formal derivada de uma série de condicionantes ou determinantes, resultado físico da intervenção sugerida” (RABELLO, 2007).

As edificações deveriam seguir três princípios básicos: serem projetadas para um clima pré-determinado, para o meio ambiente social e físico e para o tempo, seja dia ou noite, com uma vida útil longa e que pode ser adaptada com o passar dos anos (ROAF, 2006).

5.1 PROGRAMA DE NECESSIDADE

A partir do estudo de caso foi criado o programa de necessidade seguindo as Diretrizes do SINASE. A Unidade de Internação, além de atender os jovens em conflito com a lei, tem o objetivo de atender a comunidade próxima com programas de desenvolvimento social e comunitário, Visando humanizar o cumprimento da medida socioeducativa, sem abrir mão do controle e segurança.

Para uma maior integração conta com uma área de lazer publica na área frontal, para promover a relação do edifício com a sociedade gerando uma melhor inclusão com o entorno, sem criar impactos negativos no meio inserido.

A área de lazer publica contribui para retirar a instituição Penal da invisibilidade na paisagem.

Ambiente	Usuário	Acesso	Quant.
ÁREA TÉCNICA PARA INTERNAÇÃO			
Sala De Atendimento Familiar	Família / Equipe Técnica E Administração/ Adolescente	Restrito	2
Sala De Atendimento Individual	Equipe Técnica E Adolescente	Restrito	2
Sala Para Equipe Técnica	Equipe Técnica	Semi Restrito	1
Sala Administrativa	Equipe Administrativa	Semi Restrito	2
Sala Do Diretor Geral	Diretor	Semi Restrito	1
Arquivo	Equipe Administrativa	Semi Restrito	1
Sala De Reunião	Equipe Administrativa E Técnica	Semi Restrito	1
Sala Para Técnicos Adm.	Equipe Administrativa	Semi Restrito	1
Guarda Pertences	Equipe Administrativa E Técnica	Restrito	1
Secretária	Equipe Administrativa	Semi Restrito	1
Monitoramento De Sistemas	Equipe Administrativa	Restrito	1
Vestiário	Equipe Técnica E Técnica	Restrito	1

Tabela 03: Área Técnica Para Internação

Ambiente	Usuário	Acesso	Quant.	Quartos
ÁREA DE VIVER INTERNAÇÃO				
Alojamentos protetora	Adolescentes	Restrito	6	Individuais
Alojamentos	Adolescentes	Restrito	40	32 individuais 8 triplos
Monitoramento	Agentes	Restrito	1	-

Tabela 04: Área de Viver Internação

Ambiente	Usuário	Acesso	Quant.
ÁREA CURSOS PROFISSIONALIZANTES			
Sala De Curso	Alunos Do Curso (Adolescente, Família E Comunidade) E Funcionários.	Semi Restrito	5
Deposito De Material Didático	Professores	Semi Restrito	1
Sanitários Alunos	Alunos Do Curso (Adolescente, Família E Comunidade) E Funcionários.	Semi Restrito	1

Tabela 05: Área Cursos Profissionalizantes

Área Nutricionista e Refeitório			
Ambiente	Usuário	Acesso	Quant.
Refeitório	Adolescente E Funcionários	Restrito	1
Recepção E Serviço - Setor Serviço	Funcionários	Restrito	1
Cozinha Industrial	Funcionários	Restrito	1
Dispensa	Funcionários	Restrito	1
Sala De Nutricionista	Nutricionista, Adolescente E Funcionários.	Restrito	1

Tabela 06: Área Nutricionista e Refeitório

ÁREA DE SAÚDE INTERNAÇÃO			
Ambiente	Usuário	Acesso	Quant.
Consultório	Medico/ Enfermeiro e Adolescentes	Restrito	1
Sala De Curativos	Medico/ Enfermeiro e Adolescentes	Restrito	1
Sanitário De Pacientes	Medico/ Enfermeiro e Adolescentes	Restrito	1
Dispensário De Medicamentos	Medico/ Enfermeiro	Restrito	1
Sanitário De Funcionários	Medico/ Enfermeiro	Restrito	2

Tabela 07: Área de Saúde Internação.

Ambiente	Usuário	Acesso	Quant.
Hall De Acesso A Área De Internação			
Hall De Acesso	Família / Equipe Técnica E Administração/ Adolescente	Semi - Restrito	1
Sala De Espera De Visitantes	Família	Semi - Restrito	1
Sanitários De Visita	Família	Semi - Restrito	2
Sala De Revista	Família/ Adolescente	Semi - Restrito	2
Guarda Volume	Família	Semi - Restrito	1

Tabela 08: Hall De Acesso A Área De Internação

Ambiente	Usuário	Acesso	Quant.
ÁREA DE LAZER DE INTERNAÇÃO			
Quadra Poliesportiva Coberta	Adolescentes	Semi-Restrito	1
Espaço Coberto Para Atividade Físicas	Adolescentes	Semi-Restrito	1
Piscina	Adolescentes, Família E Equipe Técnica	Semi-Restrito	1
Espaço Para Atividades Ao Ar Livre	Adolescentes	Semi Restrito	1

Tabela 09: Área de Lazer da Internação

Ambiente	Usuário	Acesso	Quant.
SETOR DE LIMPEZA INTERNAÇÃO			
Lavanderia	Funcionários	Restrito	1
Vestiário	Funcionários	Restrito	2
Almoxarifado	Funcionários	Restrito	1
Estar De Funcionários	Funcionários	Restrito	1
Área De Serviços	Funcionários	Restrito	1

Tabela 10: Setor de Limpeza Internação.

5.2 PROPOSTAS DO TERRENO

Este capítulo exhibe o lançamento preliminar do partido arquitetônico para a nova Unidades Socioeducativas de Internação, com base na pesquisa realizada até o presente momento.

A concepção do partido arquitetônico fundamenta-se em conceitos, que sejam coerentes e adequados ao local, e que sigam as normas do SINASE. Desta forma, serão apresentados, desenhos esquemáticos, apresentando a organização do partido e os significados do projeto.

Com o objetivo de fazer uma proposta de um novo centro socioeducativo para menor infrator, faz-se necessário estudo do terreno. Os itens que serão abordados para o estudo da área são: localização do terreno, acessos principais, a vegetação, seu entorno e a legislação

5.3 LOCALIZAÇÃO E DELIMITAÇÃO DA ÁREA

A escolha do terreno foi definida por ser um local mais afastado da área central da cidade, porém não distante, é necessário que o edifício não esteja muito distante da área urbana, estando assim a uma distância que permita uma maior integração com a sociedade e com as suas famílias, a área se encontra hoje em um processo de estruturação, por meio da ampliação e articulação dos espaços públicos.

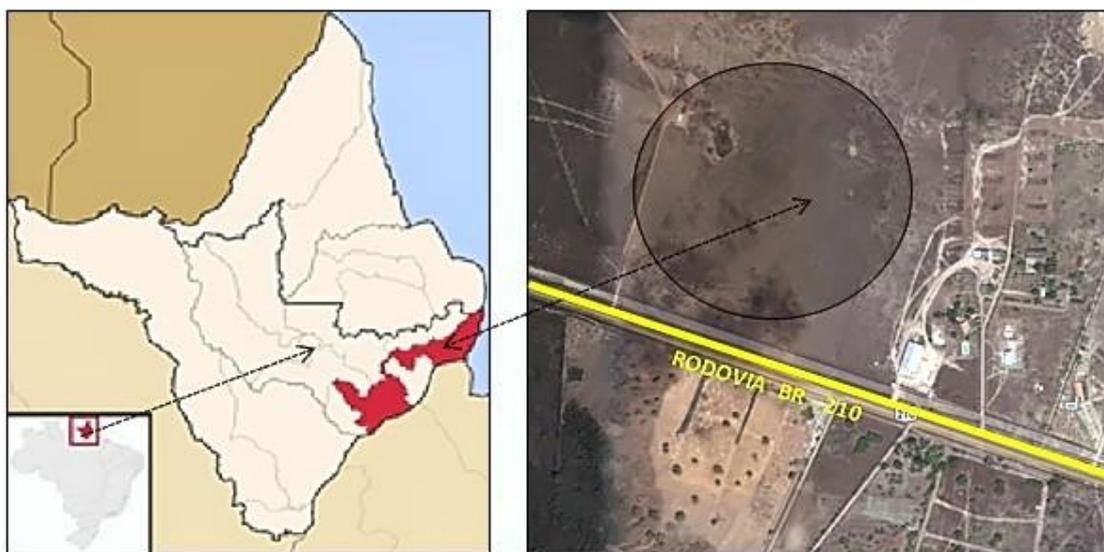


Figura 24: Proposta do Terreno Localização Rodovia 210 Fonte: Google Maps e Wikipédia.

O projeto fica próximo à área de habitação de interesse social Cidade Macapaba, instituto federal do Amapá (IFAP) e cemitério são Francisco de Assis, encontra-se dentro do limite dos Bairros Lagoa Azul, Brasil Novo, Jardim Felicidade Loteamento Moradas Palmeiras, Infraero I e II E Bairro Açai

5.4 MAPA DE ZONEAMENTO

Conforme o Plano diretor Municipal de Macapá, o terreno escolhido para a futura instalação Unidades Socioeducativas de Internação fica na Zona (Misto 1-SM 1), onde os índices construtivos são:

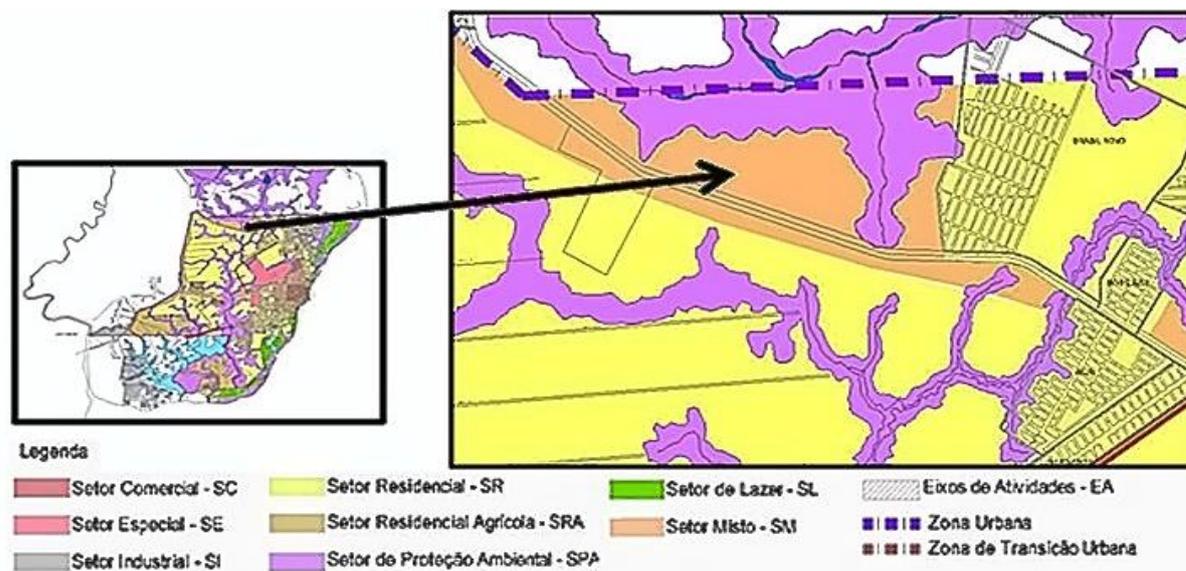


Figura: 25: Mapa de Zoneamento, Fonte: lei complementar 029/2004 - do uso e ocupação do solo do Município de Macapá

5.5 MAPA DE LEGISLAÇÃO

QUADRO DE INTENSIDADE DE OCUPAÇÃO

SETOR	USOS E ATIVIDADES		
	DIRETRIZES	USOS PERMITIDOS	OBS.
MISTO 1 - SM1	Atividades comerciais e de serviços compatibilizados com o uso residencial e de grande porte, controlados os impactos ambientais.	Residencial Unifamiliar e multifamiliar; comercial e industrial nível 1, 2, 3 e 4; de serviços níveis 1, 2, 3, 4 e 5; agrícola nível 3.	

Tabela 11: Lei complementar 029/2004 - do uso e ocupação do solo do município de Macapá

Setor	Diretrizes para intensidade De ocupação	Parâmetros para ocupação do solo					
		Cat máximo	Altura máxima da edificação (m)	Taxa de ocupação máxima	Taxa de permeabilização mínima	Taxa de permeabilização mínima	
						Frontal	Lateral e Fundos
Misto 1-sm 1	Baixa densidade Ocupação horizontal	1,0	8	50%	20%	0,5	2,5

Tabela 12: Lei complementar 029/2004 - do uso e ocupação do solo do município de Macapá

5.6 PONTOS RELEVANTES

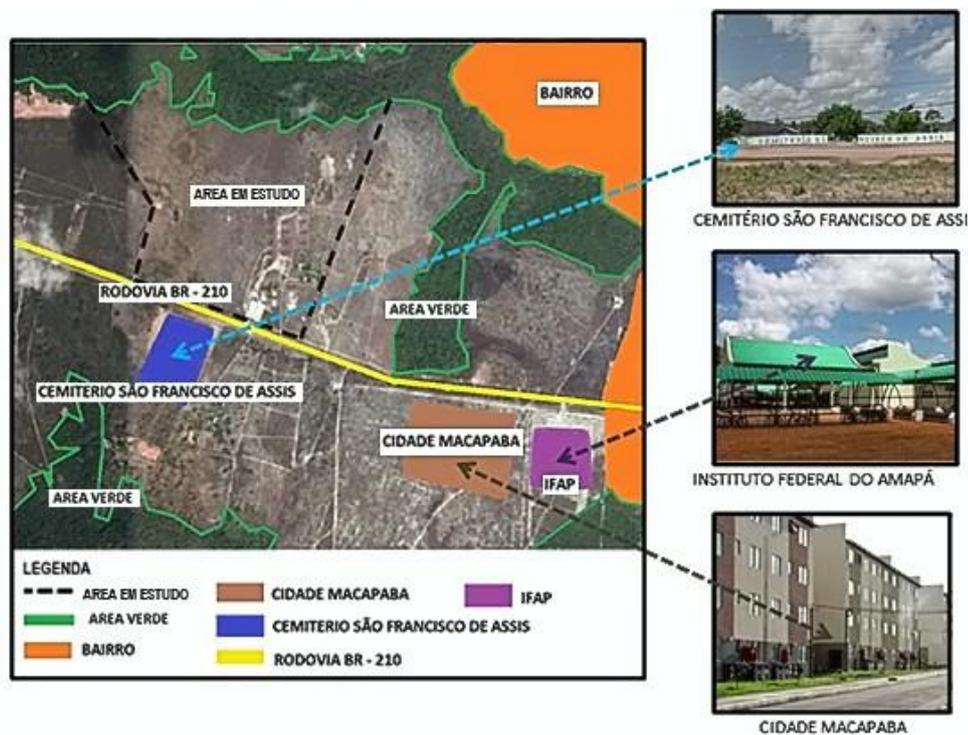


Figura 26: Mapa de visados, pontos relevantes, visuais. Fonte: Google Maps

O projeto fica próximo à área de habitação de interesse social Cidade Macapaba, instituto federal do Amapá (IFAP) e cemitério São Francisco de Assis, encontra-se dentro do limite dos Bairros Lagoa Azul, Brasil Novo, Jardim Felicidade Loteamento Moradas Palmeiras, Infraero I e II e Bairro Açaí.

5.7 ACESSOS PRINCIPAL

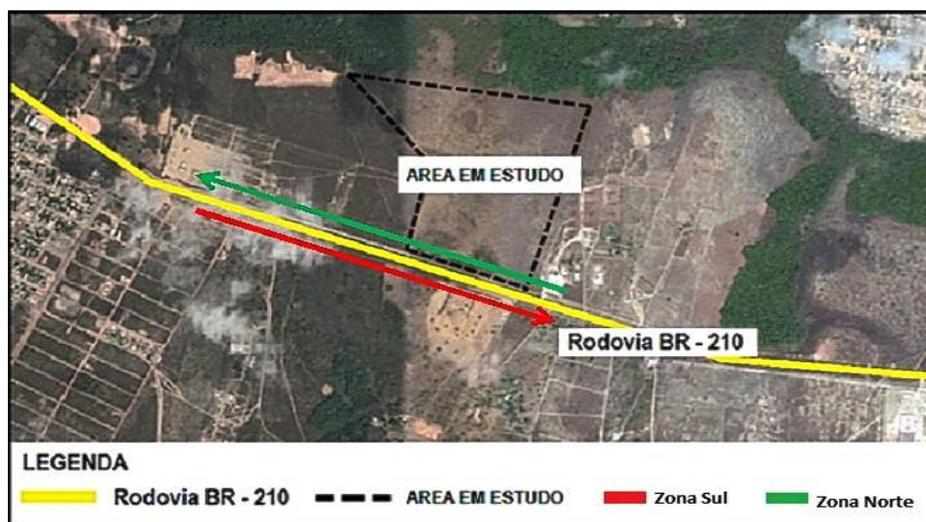


Figura 27: Sistema viário e Fluxos. Fonte: Google Maps.

A área de intervenção se localiza na zona norte da cidade de Macapá o Sistema Viário e composto pela Rodovia BR- 210 o fluxo e para os dois lados primeiro a Zona Sul da área de intervenção, que liga o centro da cidade com a região Zona norte que leva para os outros municípios do estado e onde está a área de interesse.

5.7 ORIENTAÇÕES SOLAR E VENTOS DOMINANTES

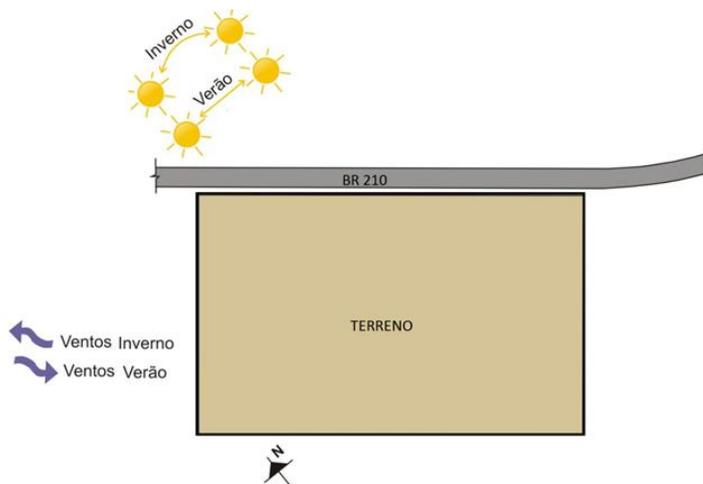


Figura 28: Orientação Solar e Ventos Dominantes

Este componente consiste em orientar a edificação o melhor possível para que a penetração de luz natural nos ambientes seja adequada, sem afetar o conforto térmico no interior da casa (ROAF, 2006). A iluminação natural serve também para eliminar fungos, ácaros e bactérias dos ambientes. Para isso, basta analisar os pontos cardeais do local de implantação do projeto para que a parte de centro socioeducativo (alojamentos e salas) fique direcionada para o leste ou norte.

CAPITULO 6 PROJETO DA UNIDADE DE INTERNAÇÃO SOCIOEDUCATIVA.

A unidade foi construída em um terreno de 45.574,25 m², com 22.469 m² de área construída. O terreno possui área muito maior do que a estabelecida pelo SINASE (no mínimo 15.000m²). O que torna o espaço amplo, mas também aumenta os custos da construção e com funcionários, tendo em vista a dimensão do terreno e a constante preocupação com a segurança da unidade. O espaço tem capacidade máxima 62 adolescentes, sendo estes do sexo masculino.

ACESSIBILIDADE DO PROJETO

O planejamento e a urbanização do centro de internação foi concebido e executado de forma a torná-los acessíveis para os reeducando portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, assim como as respectivas instalações de serviço de mobiliários da unidade são adaptadas, obedecendo-se ordem de prioridade que vise à maior eficiência das modificações, no sentido de promover mais ampla acessibilidade às jovens portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. A unidade de atendimento, deve sempre propiciar instalações adequadas, respeitando à singularidade do adolescente.

Foram criados alojamentos coletivos pra que os adolescentes portadores de deficiência ou com mobilidade reduzida com disposição maiores das previstas pelo SINASE. Os banheiros dos quartos das unidades são acessíveis e dispor, pelo menos, de sanitário e um lavatório que atendam às especificações das normas técnicas da ABNT.

Em todas as áreas de estacionamento de veículos, localizadas em vias ou em espaços públicos, deverão ser reservadas vagas próximas dos acessos de circulação de pedestres, devidamente sinalizadas, para veículos que transportem pessoas portadoras de deficiência com dificuldade de locomoção.



Figura 29: Vista da Unidade

ARRANJO DOS ESPAÇOS

A tipologia adotada consiste em blocos soltos distribuídos ao longo do terreno, de modo a formar uma circulação central que conecta os espaços e distribui os fluxos. Como o acesso a cada um dos blocos é único, a circulação permitirá fluxo da equipe técnica, socioeducadores e adolescentes, o que contribui para a presença educativa.



Figura 30: Vista da Unidade

O projeto **passa** imagem de escola para essas instituições, descaracterizando totalmente de uma construção rígida, rústica de penitenciária. Houve preocupação na forma, nas cores, na descaracterização das vedações no que diz respeito às esquadrias.

A distância entre os blocos diminui a sensação de fechamento. Ao mesmo tempo, a distância dificulta o trabalho dos socioeducadores, pois permite a criação de espaços onde os jovens podem se esconder, o que requer um contingente maior de funcionários. Quando se adentra na unidade, o que se percebe é que a mesma tem uma área isolada física do restante e cujo acesso se dá por portões de ferro. Nela se concentram as moradias destinadas à fase

inicial e final de atendimento. Tal espaço é, então, o de maior isolamento. Com exceção da moradia destinada à convivência protetora, as demais estão distribuídas em quatro blocos pelo terreno e possuem a mesma configuração: uma área de convivência interna, alojamentos individuais e triplos e salas de monitoramento.



Figura 31: Vista dos Alojamentos

As moradias possuem espaços de uso comum, de onde é possível visualizar o restante da unidade através das janelas baixas e do portão, e espaços de maior privação, representados pelos alojamentos. Os quartos triplos, são quartos adaptados para portadores de necessidades especiais. O bloco de alojamento protetora se configura como área de contenção e isolamento que segrega determinados jovens do restante da unidade, jovens que sofrem risco de vida. A distribuição das moradias em blocos permite um tratamento mais individualizado do jovem, porque reduz o grupo em grupos menores (de até 14 adolescentes), mas os blocos também permitem o isolamento dos jovens, nos casos em que é necessária maior contenção

Em relação à proporção dos espaços de convívio, o espaço destinado à educação é bem significativo com salas de aula, salas de oficinas espaço destinado às oficinas profissionalizantes, preparam o jovem para o mercado de trabalho. Os espaços destinados ao esporte e lazer são bem significativos, tendo uma boa diversidade de espaços para realização dessas atividades: piscina, quadras, etc.



Figura 32: Vista da Unidade piscina, quadra poliesportiva e soquete.



Figura 33: Vista da Unidade quadra de Areia.

. Outro ponto que contribui para a visão socioeducativa do espaço é a localização da escola numa distância que permite ao jovem sair da sua moradia e se deslocar até ela. O refeitório um espaço de grande potencial socioeducativo da unidade, pois apresenta como um ponto de encontro de todos os que fazem parte do sistema. Tal fato permite que se vivencie a diretriz da presença educativa, proporcionando maiores relações de convívio entre equipe técnica, adolescentes e socioeducadores.



Figura 34: Planta baixa com identificação do programa de necessidades da unidade.

Legenda	
1-Bloco de Saúde	6-Bloco de Visita E Administração
2-Bloco Refeitório	7-Piscina Semiolímpica
3-Bloco Unidade Protetora	8-Quadra de Vôlei De Areia
4-Quadra de Futebol Soquete	9-Quadra Poliesportiva
5-Bloco de Cursos	10-Alojamentos

Tal diversidade dá à equipe a possibilidade de realizar várias atividades de cunho pedagógico com os jovens. O SINASE prevê a existência das guaritas a guarita é a garantia de que a tentativa de transposição do muro será evitada, portanto, é mais significativa do que o próprio muro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se, com base no que fora apresentado, que a arquitetura socioeducativa consiste em uma excelente alternativa para diminuição da violência no Brasil, principalmente por juntar os parâmetros arquitetônicos aliados a parâmetros de gestão pedagógica para a construção de edificações destinadas aos adolescentes em conflito com a lei.

Conclui-se ainda, que inúmeros projetos têm sido apresentados como alternativa para dar maior eficiência à atividade de ressocialização no Brasil, principalmente para Contudo, a maioria deles têm enfrentado inúmeras dificuldades, como por exemplo, Falta estrutura física adequada, geram cada vez mais barreiras que acabam dificultando o desenvolvimento e a recuperação dos jovens, prejudicando a reinserção social. Também a superlotação da maioria das unidades e a limitação dos recursos orçamentários e administrativo, dentro da instituição.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Saúde. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília: Ministério da Saúde, 1990.
- CONANDA, Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE. Brasília, 2006.
- GOFFMAN, Erving. Manicomios, prisões e conventos. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- FISCHER, Gustave-N. Psicologia Social do Ambiente. Trad. Armando Pereira da Silva.
- Instituto Piaget, Lisboa: Editora SIG – Sociedade Industrial Gráfica Ltda, 1994.
- BENELLI, Sílvio José. A instituição total como agência de produção de subjetividade na sociedade disciplinar. Assis: Universidade Estadual Paulista: Faculdade de Ciências e Letras, 2003.
- FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Tradução: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- TEIXEIRA, Joana D´arc. As medidas sócio-educativas da FEBEM-Marília na perspectiva do adolescente infrator. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL EM EDUCAÇÃO E FILOSOFIA: perspectivas contemporâneas da Filosofia da Educação, 1., 2006, Marília. Anais... Marília 2006.
- TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. Evitar o desperdício de vidas. In: ILANUD; ABMP; SEDH; UNFPA (Org.). Justiça, adolescente e ato infracional: socioeducação e responsabilização. São Paulo: ILANUD, 2006.
- VASCONCELOS, Eduardo Mourão. Complexidade e pesquisa interdisciplinar: epistemologia e metodologia operativa. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
- BRASIL. Estatuto da criança e do adolescente. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Diário Oficial [da] União, Poder Executivo, Brasília, DF, 16 jul. 1990.
- _____. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. Brasília (DF): CONANDA, 2006.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado, 1988.

- _____. Lei de diretrizes e bases da educação. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] União, Poder Executivo, Brasília, DF, 23dez. 1996.
- VERONESE, Josiane Rose Petry; OLIVEIRA, Luciene de Cássia Policarpo. O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase): breves considerações. Rev. Bras. Adolescência e Conflitualidade, v. 1, n. 1, 29-46, 2009
- SANTOS. M. Pensando o espaço do homem. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2004.
- VASCONCELOS, T. S. 1A desordem programada: uma análise geográfica sobre as unidades de internação.
- VASCONCELOS, T. S. 2 AS UNIDADES DE INTERNAÇÃO PARA MENORES IN-FRATORES DA CIDADE
- DO RIO DE JANEIRO SOB UMA PERSPECTIVA GEOGRÁFICA de crianças e adolescentes na cidade do Rio de Janeiro.
- Souza, Danielle Gomes de Barros. A repercussão das diretrizes pedagógicas do SINASE nos projetos arquitetônicos de unidades socioeducativas de internação / Danielle Gomes de Barros Souza. – 2011.
- LYNCH, Kevin. A Imagem da cidade. Trad. Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1999.
- <<http://www.febem.sp.gov.br/index/eca.htm>> , acessado em 25/03/04.
- LIMA, Suzann Flávia Cordeiro de. Arquitetura penitenciária: a evolução do espaço inimigo. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp299.asp>>, acessado em 29/01/2006.
- Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).
- RIZZINI, Irma. O surgimento das instituições especializadas na internação de menores delinquentes. In: ZAMORA, Maria Helena (org.). Para Além das Grades – Elementos para a Transformação do Sistema Sócio-Educativo. Rio de Janeiro, PUC- Rio; São Paulo, Loyola, 2005
- MARCONI, Marina A.; LAKATOS, Eva M. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2007.
- SOUZA, Geraldo, et al. Livro blá, blá, blá. Brasília: Funadesp, 2002.
- VILAR, Pedro. Título do artigo publicado em periódico. Título do Periódico. Ano, volume: pg inicial e final.